
**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA _ VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX.**

FULANA DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do RG nº XXXXXXXXX XXX/XX e CPF nº XXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXX e XXXXXXXX, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, propor:

AÇÃO DE GUARDA C/C BUSCA E APREENSÃO

da menor impúbere **FULANA DE TAL**, nascida em X de XXXXXXXX de XXXX, em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, demais qualificações desconhecidas, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tel.: XXXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito a seguir:

I - DOS FATOS

A requerente e o requerido são genitores da menor **FULANA DE**

TAL, conforme certidão de nascimento registrado no Xº Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto de Títulos, hoje com X anos de idade.

A requerente e o requerido são casados, porém há aproximadamente X (XXX) ano o casal está separado de fato, sendo que a requerente pretende entrar com o pedido de divórcio o mais breve possível.

Desde a separação do casal a menor estava sob cuidados da genitora, ora requerente, que vem exercendo a guarda de fato, cuidando dos interesses da criança, zelando pelo seu bem estar físico e mental.

Contudo, no mês de XXXXXX de XXXX, o réu compareceu a escola na qual a menor estudava e solicitou transferência para uma escola perto de sua residência, sem ao menos comunicar a genitora e a criança. Em seguida, após obter a troca de colégio, o requerido levou a criança à força para residir em sua casa.

Com efeito, a menor encontra-se na residência do réu forçadamente, pois possui medo de que o requerido possa agredi-la, bem como agredir sua genitora. Aliás, a menor entrou em contato com a autora relatando que o genitor todos os dias volta para à casa de madrugada, sempre embriagado e que ameaça lhe bater com frequência. Por fim, pediu a genitora que fosse buscá-la o mais rápido possível.

Mencione-se que a autora já tentou várias vezes buscar a criança às escondidas, porém quando o réu descobre de imediato comparece à casa da requerente, retira a criança à força e agride todos que estiverem presentes.

Acrescente-se, ainda, que na casa do réu a menor não tem horário para dormir, para comer, além de sofrer vários constrangimentos por parte do pai, que vive ameaçando lhe bater, o que não acontecia na casa da

genitora.

Por oportuno, calha asseverar que há algum tempo o réu vem demonstrando um comportamento muito agressivo em relação à autora, inclusive ameaçando-a de morte, agredindo-a fisicamente, além xingá-la com vários palavrões, tudo isso na frente da criança.

Dessa forma, apreensiva com a situação e preocupada especialmente com o bem estar da filha - cujas futuras seqüelas psicológicas podem comprometer o desenvolvimento dela - pretende regularizar a situação.

Assim, a requerente vem em busca da prestação jurisdicional para que possa responder legalmente pela criança (guarda unilateral). De outro lado, há que se esclarecer que a requerente não pretende alijá-lo do seu direito de visita, apenas que, no momento, existem fortes indícios que a levam crer que o genitor não tem condições de ter a criança em sua companhia por períodos prolongados e sem a presença de terceira pessoa no local.

II - DO DIREITO

O art. 227, da Constituição Federal, ao adotar a doutrina da proteção integral, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha, o art. 3º, da L. 8.069/90, prevê que a criança e o

adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e as facilidades, a fim de facultar-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O instituto da guarda e responsabilidade visa não só garantir que o menor seja materialmente assistido, mas tem por finalidade garantir a assistência moral e emocional de que necessita uma criança para formar-se como indivíduo socialmente equilibrado.

Conforme o artigo 1583, *caput*, do Código Civil, a guarda poderá ser unilateral ou compartilhada.

Já o § 1º do mesmo artigo:

“Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou alguém que o substitua (art. 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”.

In casu, a situação fática acima delineada, a animosidade exacerbada entre os genitores, as agressões e a ameaça de retirar a criança definitivamente do lar materno, revelam que a genitora é quem detém melhores condições de exercer a guarda unilateral da filha.

Com efeito, o § 2º do artigo acima mencionado dispõe:

§ 2º A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele

melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores:

I. afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar;

II. saúde e segurança;

III. educação.

Com efeito, o direito de guarda é conferido segundo o melhor interesse da criança e do adolescente. Inclusive, o norte imposto pela legislação, doutrina e jurisprudência direciona justamente na prevalência da proteção do menor sobre tudo o mais.

Nesse sentido, objetivando o bem-estar da menor, cujo interesse deve sempre prevalecer em qualquer patamar que se discuta, quer o social, quer o jurídico, quer o psicológico, a genitora requer lhe seja deferida a guarda unilateral. Confirma-se a jurisprudência em caso similar:

CIVIL - FAMÍLIA - GUARDA - MENOR - GENITORA - CONDIÇÕES MORAIS E MATERIAIS - DEFERIMENTO - MANUTENÇÃO - APELO IMPROVIDO. Escorreito se revela o provimento jurisdicional que, na ação judicial respectiva, defere a guarda e responsabilidade à mãe do menor, tendo em vista o conjunto probatório carreado aos autos demonstrar que a mesma sempre deteve a criança sob sua responsabilidade, reunindo condições aptas a permitir-lhe um padrão, em que pese modesto, de vida digno e saudável.”
(20070610012235APC, Relator LECIR MANOEL DA LUZ, 5ª Turma Cível, DJ 28/05/2009)

CIVIL - FAMÍLIA - AÇÃO DE GUARDA - INTERESSE DO MENOR - GENITORA - MANUTENÇÃO - APELAÇÃO NÃO PROVIDA.
1. Em casos de guarda e responsabilidade deve-se atentar

para o interesse do menor, buscando sempre o seu bem estar, mostrando-se correta a r. sentença monocrática que determina a guarda para a mãe, porquanto, apesar de ambos os genitores apresentarem situações equivalentes para o acolhimento do menor, o genitor passa vários dias longe de casa, delegando os deveres de cuidado do infante a terceiros, e a mãe, além de deter a guarda do outro irmão germano, possui horário flexível de trabalho, podendo se inferir que revela melhores condições para exercer a guarda da criança.2. **RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.** (20070110143206APC, Relator HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, julgado em 16/12/2009, DJ 22/01/2010 p. 66)

DIREITO DE FAMÍLIA. GUARDA PROVISÓRIA. PREVALÊNCIA DO INTERESSE DE MENOR. 1. Confere-se o direito de guarda à quem melhor atender aos interesses da criança e do adolescente. Os interesses do menor hão de sempre se impor aos dos pais. **Não restando demonstrado que os menores estarão mais bem cuidados com o genitor do que com a sua genitora, mantém-se a sentença que deferiu a esta a respectiva guarda.** 2. **Recurso improvido.** (20070110966877APC, Relator ANTONINHO LOPES, 4ª Turma Cível, julgado em 16/12/2009, DJ 04/05/2010 p. 97)

Por oportuno, esclareça-se que a guarda de fato vem sendo exercida pela mãe desde a separação de fato do casal, além da menor ter interesse de retornar ao lado da genitora.

Destarte, é conveniente a permanência da criança com a genitora, especialmente porque as alterações de guarda, por apresentarem uma

mudança significativa na vida da menor devem ser evitadas tanto quanto possível.

Por fim, a mãe da menor apresenta-se como uma jovem determinada, trabalha e mora sozinha com a filha, nada desmerecendo o exercício da guarda ora pleiteada.

De outro lado, os artigos 536 CPC/15 e no procedimento análogo previsto nos artigo 846 CPC/15 trazem a possibilidade de se decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas.

In casu, devido a impossibilidade de buscar a filha, por impedimentos injustificados e causados por parte do réu, não resta alternativa à autora a não ser requerer a busca e apreensão da menor para que possa exercer regularmente seu direito de mãe.

III - DAS VISITAS

Tendo em conta os fatos descritos, a autora requer o benefício da guarda unilateral para si, porém sem alijar o requerido do direito de visitar os filhos.

Todavia, cumpre destacar que o requerido, ao que tudo indica, não possui condições de cuidar da criança sem a presença de outra pessoa fiscalizando, especialmente pelo comportamento agressivo e pelas ameaças acima relatadas.

A jurisprudência em caso similar:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FIXAÇÃO DO DIREITO DE VISITAS EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO

DE TUTELA DE FORMA RESTRITIVA. DECISÃO MANTIDA 1 - O direito de visitas tem por objetivo, primordialmente, atender os interesses do menor, uma vez que busca proteger a integridade psicológica e moral da criança. 2- Comprovado nos autos que a criança recusa-se a estar em companhia do genitor, acertada se mostra a decisão vergastada que, em antecipação de tutela, restringe as visitas, sem pernoite. Agravo de Instrumento improvido. (20090020092593AGI, Relator ANGELO PASSARELI, 5ª Turma Cível, julgado em 08/04/2010, DJ 13/04/2010 p. 145)

IV - DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

Tendo em conta os fatos descritos, presentes estão os requisitos ensejadores da tutela antecipada, ou seja, a verossimilhança da alegação consubstanciada nos documentos anexados aos autos, e o fundado receio de dano irreparável, notadamente demonstrada pelo comportamento agressivo do requerido e pelas ameaças proferidas.

V - DOS PEDIDOS

Posto isso, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, por ser economicamente hipossuficiente nos termos da Lei;
- b) A intimação do Ministério Público;
- c) A antecipação da tutela conferindo à autora a guarda (unilateral) provisória da menor, bem como expedição de mandado de Busca e Apreensão da menor

FULANA DE TAL, em face de **FULANO DE TAL**, podendo ser encontrado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, fazendo constar no mandado autorização para cumprimento em horário especial e requisição de força policial, caso necessário;

d) A citação do requerido, para que, querendo, conteste os termos desta, sob pena de revelia;

e) A procedência do pedido, concedendo-se, definitivamente, a guarda unilateral da menor à requerente;

f) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR - PROJUR (artigo 1º da Lei Complementar Distrital n.º 744, de 04 de dezembro de 2007), que deverão ser recolhidos junto ao Banco de Brasília - BRB, por meio de DAR (documento de Arrecadação), com código 3746 - Honorários de Advogados.

Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial a prova testemunhal.

Dá-se à presente o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXX).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Requerente

DEFENSORA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

FULANO DE TAL
CEAJUR - XXXXX

ROL DE TESTEMUNHAS

FULANO DE TAL

End.: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tel.: XXXXXXXXX

FULANO DE TAL

End.: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tel.: XXXXXXXXX e XXXXXXXXX

FULANO DE TAL

End.: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tel.: XXXXXXXXX